

## **AGREGADO VII - c**

### **LI REUNION ORDINÁRIA DEL SUBGRUPO DE TRABAJO Nº 3 “REGLAMENTOS TÉCNICOS Y EVALUACIÓN DE LA CONFORMIDAD”/ COMISION DE ALIMENTOS**

**ACTA. Nº 03/13  
Caracas, 14 al 17 de octubre de 2013**

#### **JUSTIFICATIVA PARA A RETIRADA DAS DEFINIÇÕES REFERENTES ÀS BEBIDAS ALCOÓLICAS DERIVADAS EXCLUSIVAMENTE DA UVA E DO VINHO DA RESOLUÇÃO GMC Nº 77/1994**

Em relação às bebidas derivadas da uva e do vinho definidas atualmente na Resolução GMC nº 77/1997 a delegação do Brasil destaca os seguintes pontos:

- (1) as definições de bagaceira, álcool etílico potável de origem agrícola e destilado alcoólico simples contidas nas Resoluções GMC nº 77/1994 e nº 143/1996 também foram incorporadas ao Regulamento Vitivinícola do Mercosul (Resolução GMC nº 45/1996); e
- (2) considerando que as decisões e discussões sobre as resoluções mencionadas no item anterior ocorrem em âmbitos diferentes – a primeira e segunda são tratadas no âmbito da Comissão de Alimentos/SGT-3, enquanto a terceira na Comissão Vitivinícola/SGT-8 – existe um sério risco de que os subgrupos de trabalho, devido à sua independência de atuação, alcancem decisões divergentes sobre o mesmo assunto, causando uma situação de grave insegurança jurídica. Exemplo desta possibilidade será demonstrado no item 4 abaixo.

Dessa forma, a Delegação do Brasil propõe que as definições referentes às bebidas alcoólicas derivadas exclusivamente da uva e do vinho atualmente constantes na Resolução GMC nº 77/1994 (pinga e bagaceira), sejam suprimidas deste ato normativo e passem a ser definidas exclusivamente na Resolução GMC nº 45/1996, cujo âmbito de discussão encontra-se na Comissão Vitivinícola/SGT-8.

Justifica-se esta proposta tendo em vista as seguintes razões:

- (1) A cadeia do agronegócio vitivinícola se organiza de forma peculiar em relação às demais cadeias produtivas o que exige a criação sistemas ou instituições de regulamentação, fiscalização e fomento específicos. Exemplos muito claros desta especificidade são os Institutos Nacionais de Vitivinicultura, na Argentina e Uruguai, bem como a Divisão de Vinhos e Derivados no Brasil, cujas competências, além do vinho, abrangem outros produtos vitivinícolas.
- (2) O Comitê Vitivinícola/SGT-8 é o fórum do Mercosul destinado a congregar as instituições competentes para discutir e deliberar sobre os regulamentos que envolvem a cadeia dos produtos vitivinícola. São estas instituições que possuem a reconhecida e

necessária capacidade técnica para decidir questões que envolvem a garantia da qualidade e a identidade de tais produtos.

(3) Além das definições já mencionadas as decisões do Comitê Vitivinícola/SGT-8, consolidadas na Resolução GMC nº 45/1996, incluem definições para outras bebidas alcoólicas não fermentadas derivadas da uva e do vinho, tais como: mistela, jeropiga, pineau, aguardente de vinho, brandy, álcool vínico, destilados de vinho aromáticos, coquetéis de vinho, cooler e sangria.

(4) Atualmente o Comitê Vitivinícola/SGT-8 se encontra em processo de discussão para levar à cabo a revisão da Resolução GMC nº 45/1996. Destaca-se que as Delegações dos países presente nesta comissão se manifestaram favoravelmente à proposta de que a definição de bagaceira seja tratada exclusivamente no âmbito da Comissão Vitivinícola/SGT-8, por também entenderem que podem surgir decisões divergentes quando o mesmo assunto é tratado em Comissões distintas e independentes.

São estas as razões que levam a Delegação do Brasil a propor que as definições referentes à Pisco e Bagaceira, bebidas alcoólicas derivadas exclusivamente da uva e do vinho, sejam suprimidas da Resolução GMC nº 77/1994 e passem a ser definidas exclusivamente na Resolução GMC nº 45/1996, cujo âmbito de discussão se dá na Comissão Vitivinícola/SGT-8.